

DO DESAFIO METODOLÓGICO AO PROTAGONISMO BRASILEIRO: A HISTÓRIA DA PESQUISA COBRADI¹

Rafael T. Schleicher²

SINOPSE

Visando inicialmente entender as características da atuação e da presença externa brasileira em seus parceiros do Sul global, a pesquisa Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) surge em 2010 como uma parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Caracterizando as três fases da pesquisa Cobradi entre 2010 e 2024, este artigo tem como objetivo central discutir a superação do principal desafio da pesquisa para a geração de evidências para políticas públicas nacionais: metodologia e qualidade de dados. Argumenta-se que a aproximação da pesquisa brasileira aos debates estatísticos internacionais no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) foram decisivos para a consolidação da pesquisa e da sua qualidade metodológica. Como conclusão, o artigo discute o protagonismo recente do Brasil nesta temática a partir dos resultados da mais recente fase da pesquisa, referente a 2021.

Palavras-chave: Cobradi; cooperação Sul-Sul; cooperação para o desenvolvimento internacional; desenvolvimento; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

O monitoramento da agenda de cooperação para o desenvolvimento internacional (CDI) é tema pouco difundido no Brasil, uma vez que é discutido em poucos grupos, sejam os dedicados à pesquisa científica, sejam à pesquisa aplicada (Baumann e Schleicher, 2023). Mesmo considerando que o Brasil é atualmente um importante ator na cooperação institucionalizada via organismos internacionais e na cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento (CSSD), a compreensão acerca da relação entre a CDI e as políticas públicas brasileiras ainda é escassa (Schleicher e Platiau, 2023; 2017). Isso resulta em análises restritas à relação entre a cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD) e a política externa (Amorim, 2010; 2011).

O desafio de medir a cooperação prestada pelo Brasil surge de uma necessidade da política externa brasileira (PEB). No início dos anos 2000, a PEB esteve fortemente vinculada aos objetivos brasileiros de liderança entre países do Sul global, valendo-se, sobretudo, das atividades de cooperação técnica com seus parceiros (Amorim, 2010; 2011). A geração de evidências sobre a atuação do Brasil no campo da cooperação e a transparência dos gastos externos brasileiros ficaram a cargo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério de Relações Exteriores, ao fim da primeira década dos anos 2000. Intitulada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi), a pesquisa fruto desta parceria conheceu

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi37art14>

2. Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Brasília; e ex-coordenador da pesquisa Cobradi. *E-mail:* rafael.schleicher@fiocruz.br.

sete edições, resultando em sete relatórios oficiais do Brasil nesta temática e numa série histórica que se inicia em 2005.

Ao longo de seus treze anos de existência, a pesquisa Cobradi pode ser entendida como um grande desafio metodológico. Entre 2010 e 2018, é claro o interesse do Ipea e da ABC em construir uma metodologia própria, tanto para captar melhor as diferenças na cooperação prestada pelo Brasil quanto para liderar a agenda internacional relacionada a métodos e estatísticas de CDI. Não obstante o enorme aprendizado para o país e para o Ipea, a opção de desenvolver um modelo próprio mostrou-se inadequada ao longo do tempo. O caminho escolhido resultou em uma metodologia incapaz de capturar a riqueza da CDI brasileira e posicionar efetivamente o Brasil como líder nesta temática internacionalmente. Após um período de transição e reinserção do Brasil nos fóruns estatísticos internacionais entre 2019 e 2020, Ipea e ABC conseguem consolidar o aprendizado de mais de uma década e a experiência em padrões internacionais em um modelo de mensuração inédito entre países do Sul global.

Assumindo que o desafio histórico da pesquisa Cobradi foi essencialmente metodológico, é oportuno estruturar este artigo em torno das três fases da história da pesquisa que a transformam em um instrumento único de geração de evidências para as políticas públicas brasileiras (Schleicher e Barros, 2022). A segunda seção, após esta introdução, discute o período de 2010-2018, de aprendizado e experimentação. A terceira seção comenta a fase 2019-2020, uma transição caracterizada pela inserção nos fóruns do Inter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators (IAEG-SDGs), no âmbito da Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), e do Total Official Support for Sustainable Development (TOSSD), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A quarta seção introduz o período 2021-2024 (em andamento), apresentando efeitos positivos de seus resultados preliminares para o protagonismo internacional do Brasil no tema da qualidade estatística. As considerações finais do artigo fazem uma síntese do desenvolvimento metodológico da pesquisa Cobradi entre 2010 e 2024.

2 PRIMEIRA FASE: APRENDIZADO E EXPERIMENTAÇÃO (2010-2018)

Entre as perguntas que mais interessavam ao Brasil durante a expansão da CSSD na primeira década no novo milênio, estava a de quanto o país efetivamente gastava e como os recursos eram utilizados (Ipea e ABC, 2010). Capitaneada por uma política externa calcada na intensificação das relações com países do Sul global e apoiada por um contexto econômico e político global que favorecia a ampliação da agenda externa brasileira, a CSSD brasileira expandiu-se em termos de número de projetos ativos e de gastos (Cervo e Lessa, 2014; Ipea e ABC, 2010; 2013; 2016; 2018; Ipea, 2020). A expansão também ocorreu em termos regionais, priorizando as relações com países da América do Sul e Central e da África, em uma estratégia de multipolaridade benigna (Amorim, 2011; 2010). A criação do fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), por iniciativa brasileira, para discutir a agenda de desenvolvimento com base nas prioridades do Sul, é um exemplo concreto da estratégia brasileira (Vaz, 2006).

Ao contrário de outras políticas públicas setoriais cujo desembolso é direto e o controle é de fácil rastreamento, a cooperação internacional se apresenta como uma prática transversal às políticas conduzidas pelo setor público brasileiro, com dados distribuídos por todas as instituições de governo (Ipea e ABC, 2016, p. 20). Ou seja, apenas o cômputo dos valores efetivamente desembolsados pelo

erário seria insuficiente para entender a real contribuição brasileira à CDI (Ipea e ABC, 2018, p. 16). Adicione-se a isso o crescimento do número de iniciativas e a expansão das instituições participantes da cooperação prestada brasileira no início dos anos 2000, tornando ainda mais complexo o processo de mapeamento do gasto brasileiro. Por fim, o foco prioritário da cooperação brasileira em desenvolvimento de capacidades, conhecimentos e práticas demandava metodologias para além do cômputo dos desembolsos diretos (Ipea e ABC, 2010). Ao contrário daquela realizada por países doadores ligados à OCDE, a cooperação prestada pelo Brasil e por vários países em desenvolvimento não possui componente financeiro.

Todos os cinco relatórios da primeira fase da Cobradi (2010-2018) foram orientados pelas iniciativas de CDI prestada pelo Brasil, bem como pelo desenvolvimento de metodologias capazes de traduzir em números os gastos do Brasil com essa atividade. Em outras palavras, os relatórios tiveram como foco a transparência de gastos e o mapeamento das práticas de CDI prestada.

Ainda que o problema central da política fosse a necessidade de quantificar o gasto e mapear as práticas de CDI prestada, a definição de um método único e a escolha de protocolos científicos para garantir um processo consistente de coleta e análise de dados foram menos claras. Os cinco relatórios da primeira fase aproveitaram a mesma estratégia para mapear e estimar o gasto brasileiro, realizando as duas seguintes etapas:

- levantamento dos gastos diretos, por meio da contabilização das contribuições a organismos internacionais; dos projetos de cooperação oficial do governo federal brasileiro em sentido amplo; e de outros gastos com atividades de cooperação internacional; e
- estimativa de gastos indiretos, mediante o cômputo de horas técnicas de servidores envolvidos com atividades de cooperação internacional em instituições públicas federais.

Embora tanto o Ipea quanto as instituições brasileiras ainda apreendessem sobre a nova realidade de expansão da CDI prestada naquele momento, a criação de um corpo metodológico mínimo foi o maior desafio da pesquisa Cobradi nesta primeira fase.

Os quatro primeiros relatórios da pesquisa Cobradi concentraram-se fortemente na produção de materiais para a coleta direta de dados em instituições federais sobre o seu nível de gastos e atividades de CDI prestada (Ipea e ABC, 2010; 2013; 2016; 2018). Inicialmente, supôs-se que a técnica de *survey* proporcionaria melhores resultados, devido à visão sobre a necessidade de detalhamento dos dados *vis-à-vis* a medição ou quantificação da cooperação brasileira a partir de parâmetros preestabelecidos. A preocupação com o excesso de informações e detalhamento fica evidente na quarta edição do relatório Cobradi, na qual o cômputo do gasto em si é relegado ao final do relatório. Ademais, embora as sucessivas edições coletassem dados de contribuições a organismos internacionais diretamente do Ministério da Fazenda, houve baixíssima exploração das valiosas bases federais ou aplicação de técnicas de ciência de dados, particularmente do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Por fim, a opacidade dos dados que orientaram a construção do relatório Cobradi era máxima, dado que o Ipea não divulgava as bases de dados da pesquisa.

Particularmente desde o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) pela ONU, o foco do debate em CDI está menos na estatística nacional ou no dado em si, mas na forma de coleta e na consistência da metodologia que conduziu à sua produção. Especialmente na CSSD,

a metodologia e o *know-how* são mais importantes para qualificar o país e o seu papel nos debates internacionais. A experimentação é frequentemente a origem de processos inovadores e de aprendizado em organizações. Se, por um lado, foi enorme o aprendizado do Ipea nesse período, deixando um importante legado para as próximas etapas da pesquisa, por outro lado, a demanda de política pública que originou a pesquisa Cobradi pareceu ser um dos principais fatores impeditivos para o desenvolvimento de uma metodologia inovadora e consistente.

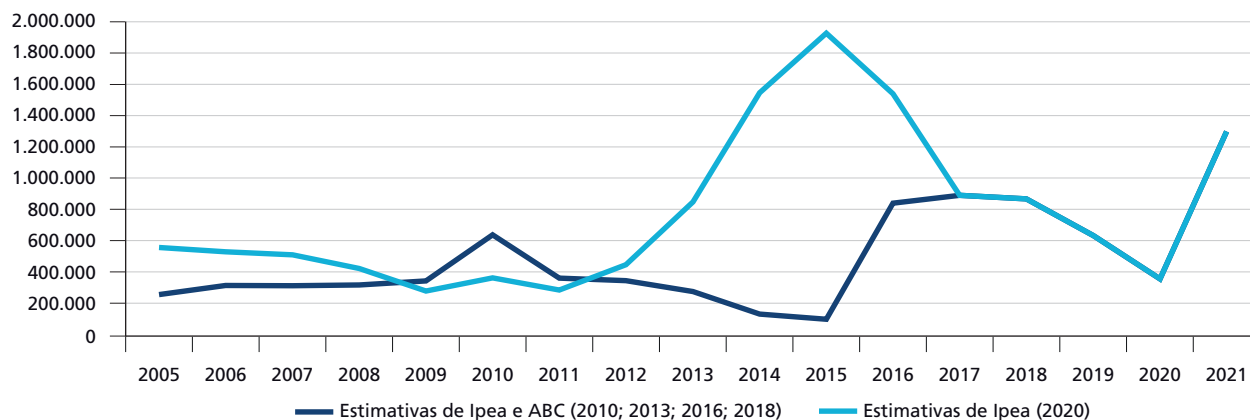
Primeiramente, a premissa de que a cooperação internacional e a política externa estão intimamente interligadas não condiz com a realidade do crescimento das redes internacionais entre instituições e burocracias públicas no novo milênio. É impensável que qualquer Ministério de Relações Exteriores tenha capacidade de controlar ou mesmo acompanhar integralmente os processos cooperativos de seus países nos setores público, privado e societário. A título de exemplo, a cooperação educacional e científica do Brasil é superior à tradicional cooperação técnica, tanto em número de iniciativas quanto em gastos. Ademais, essa modalidade de cooperação conta com a completa autonomia das instituições de ensino superior (IES) públicas para a sua condução.

Em segundo lugar, o excesso de formalismo e a intenção de criar um modelo diferenciado para a cooperação brasileira resultaram em uma série histórica incompreensível ao fim da primeira fase. Ainda que as modalidades de cooperação constantes nos relatórios possuam os mesmos nomes, a falta de definições claras sobre o que está ou não contido em cada categoria torna a análise retrospectiva extremamente árdua para qualquer analista interessado na CDI do Brasil. A não divulgação das bases de dados da pesquisa de forma proativa pelo Ipea tampouco ajudou em interpretações alternativas sobre definições, tendências e sazonalidades.

Após refletir sobre as dificuldades mencionadas, a pesquisa Cobradi para os anos de 2017 e 2018 adotou outros rumos, mais alinhados aos objetivos de quantificação e medição da CDI prestada pelo Brasil. Foi a primeira vez que a pesquisa explorou detalhadamente os gastos externos disponíveis nas bases do Siafi, em parceria inédita com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento e Orçamento. Os dados resultantes da pesquisa 2017-2018 apresentam um contraponto instigante sobre o impacto das mudanças de direção ao longo dos primeiros dez anos da pesquisa.

O gráfico 1, elaborado por Schleicher e Platiau (2023), compara duas reconstruções da série histórica de gastos da pesquisa Cobradi entre 2005 e 2016, com base na revisão proposta pela pesquisa 2017-2018. A primeira, apresentada pela linha azul-escuro, representa as coletas de dados ano a ano para as quatro primeiras rodadas da pesquisa. A segunda, apresentada pela linha azul-clara, traz a revisão proposta pelo quinto relatório da pesquisa Cobradi (2017-2018). É importante mencionar que a linha contínua já antecipa os valores para 2019, 2020 e 2021. Todos os valores estão em dólares americanos e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) para 2021.

GRÁFICO 1
Gastos brasileiros com CDI (2005-2021)
 (Em US\$ milhares)



Fonte: Schleicher e Platiau (2023).

Obs.: Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE para 2021.

Por um lado, é abismal a diferença resultante da comparação entre as estimativas produzidas ano a ano até 2016 (linha azul-escura) e a revisão proposta em 2017-2018 (linha azul-clara) a partir dos dados do orçamento federal provenientes do Siafi. Por outro, é possível considerar a hipótese de que o aperfeiçoamento contínuo da pesquisa Cobradi foi capaz de melhor capturar os gastos brasileiros com CDI prestada a partir de 2017. Esta hipótese será explorada nas próximas seções.

3 SEGUNDA FASE: ENGAJAMENTO NOS FÓRUMS INTERNACIONAIS (2019-2020)

A necessidade de revisão e atualização da pesquisa Cobradi tornou-se clara na quinta rodada da pesquisa. Naturalmente, a análise retrospectiva apresentada na seção anterior sobre as diferenças significativas nas séries históricas ainda não estava disponível naquele momento. Entretanto, duas mudanças contextuais foram cruciais para que o Ipea decidisse buscar ativamente parceiros internacionais visando ao aperfeiçoamento da pesquisa. A primeira mudança foi a perda de relevância do Brasil como ator de importância internacional a partir de 2016 (Cervo e Lessa, 2014), o que permitiu ao instituto avaliar metodologias e ideias alternativas sobre a mensuração e a quantificação da CDI prestada pelo Brasil. A segunda mudança foi a evolução do debate internacional sobre mensuração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em fóruns internacionais focados em estatística, particularmente no âmbito da ONU e da OCDE.

Os fatores que impulsionaram as mudanças metodológicas ocorreram simultaneamente. Ao passo que a pesquisa Cobradi 2017-2018 caminhava, o Ipea recebia visita de cortesia da OCDE em sua sede para tratar de agendas diversas.³ Na oportunidade desta visita, o instituto tomou conhecimento de que o Development Assistance Committee (DAC) da organização apoiava o desenvolvimento de uma metodologia própria para quantificar os gastos externos dos países em prol do avanço da Agenda 2030. Em outras palavras, tratava-se de calcular quanto cada país gastava em CDI em favor de cada ODS. A primeira reunião da força-tarefa (FT) do TOSSD ocorreu ainda em 2017, evento para o qual o Ipea foi convidado.

3. A visita do ex-diretor do DAC Jorge Moreira da Silva ao Ipea ocorreu em 7 de outubro de 2017.

Entre 2017 e 2018, houve poucas mudanças em relação à pesquisa, uma vez que o já mencionado relatório Cobradi referente a este período se encontrava em plena produção. Contudo, neste período, o Ipea continuou participando voluntariamente das reuniões da FT do TOSSD. Em 2019, após dois anos de trabalho e discussões, o secretariado da FT do TOSSD foi finalmente estabelecido. Devido à matriz de pensamento e à forma de operação herdadas do DAC/OCDE, surgiram divergências sobre como a cooperação Sul-Sul deveria ser mensurada. Alguns países em desenvolvimento manifestaram reservas, sendo o Brasil um deles. É importante mencionar que a participação brasileira na FT do TOSSD passou a ser composta por uma tríade formada pelo Ipea, pelo IBGE e pela ABC.

O *politics of the policymaking*⁴ nesta temática de métodos de medição e quantificação da CSSD já foi explorado em outras ocasiões (Schleicher e Platiau, 2023; Schleicher e Barros, 2022). É suficiente mencionar aqui que a divergência no assunto foi tal que o tema foi levado a debate em grupo de trabalho (GT) na ONU, criado em março de 2020 no âmbito do IAEG-SDGs – o Working Group on Measurement of Development Support. Do GT resultaram diversas recomendações de metodologia, incluindo uma específica para CSSD. Tal metodologia refletia o entendimento de que a CSSD era diferenciada e demandava critérios especiais para a sua monetização e quantificação. Deste processo, resultou uma importante mudança: o TOSSD/OCDE passaria a ser o secretariado da metodologia de medição dos gastos externos em favor dos ODS, ao passo que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD) ficaria responsável pelas estatísticas de quantificação da CSSD.

Em 2021, a participação e o aprendizado do Ipea na FT do TOSSD atingiram um nível tal que o instituto decidiu colaborar voluntariamente para o desenvolvimento da metodologia. Desta forma, surgia uma importante mudança na pesquisa Cobradi para o biênio 2019-2020: a abordagem da pesquisa levaria em consideração tanto a experiência prévia do Ipea quanto algumas padronizações mínimas em termos estatísticos internacionais. As principais inovações advêm essencialmente da possibilidade de desagregação dos dados por: i) ODS; ii) metas de ODS; iii) setor econômico industrial; iv) canal de implementação; v) instituição provedora; vi) instituição receptora; vii) modalidades de cooperação; e viii) arranjo de cooperação internacional.

Implementada em 2021, a pesquisa 2019-2020 enfrentou enormes dificuldades. A situação de pandemia impossibilitou quaisquer esforços do Ipea que não fossem em formato virtual, sem esquecer que a força de trabalho federal ainda se encontrava razoavelmente desmobilizada e isolada, em virtude da situação de teletrabalho. No campo metodológico, a mudança no plano de coleta de dados não ocorreu, sendo o *survey* novamente utilizado como estratégia de coleta de dados das poucas instituições participantes. Além disso, a utilização do sistema classificatório foi desastrosa particularmente para os ODS e suas metas, uma vez que todos os parceiros entendiam seus projetos como multidimensionais ou simplesmente não apresentaram classificação alguma. Ficou latente a necessidade de capacitação e treinamento das instituições participantes.

Foi também nesta rodada que ficou latente a necessidade de expansão do conjunto de modalidades de CDI para além das cinco categorias utilizadas nos cinco primeiros relatórios Cobradi. Foi na edição 2019-2020 que o Ipea identificou o potencial de expansão da pesquisa, reforçando novamente que o principal desafio da Cobradi continuava sendo metodológico: estabelecer

4. *Politics of the policymaking* são aqui entendidas como as disputas de poder entre atores ou grupos sociais que influenciam o processo de política pública.

estrutura metodológica mínima que permitisse uma visão completa da CDI prestada pelo Brasil. Adicione-se a esse desafio uma segunda pergunta que passaria a ser parte integrante da pesquisa Cobradi a partir daquela edição: o quanto e como o Brasil participa no avanço externo dos ODS?

4 TERCEIRA FASE: EXPANSÃO, LIDERANÇA E TRANSFERÊNCIA DE PRÁTICAS (2021-2024)

O ano de 2022 se inicia com o compromisso do Ipea em seguir participando na FT do TOSSD. Em junho daquele ano, o secretariado do TOSSD decidiria incluir cerca de dois terços das variáveis e categorias definidas no mencionado GT do IAEG-SDGs sobre CSSD em sua própria metodologia, em um movimento sem precedentes para uma iniciativa apoiada pelo DAC/OCDE. Assim, e como resultado dos trabalhos daquele mesmo GT, o Brasil passava a ser país-chave no desenvolvimento da metodologia de quantificação da CSSD. Consequentemente, a pesquisa Cobradi ganhava uma segunda métrica para os gastos com iniciativas de CDI prestada: a quantidade de itens ou serviços entregues por cada uma dessas iniciativas.

Em virtude do tamanho do desafio, o Ipea decidiu criar um ciclo de quatro anos para implementar a nova metodologia, que se estende de 2021 a 2024. É importante observar que a pesquisa Cobradi se torna anual a partir de 2021, em virtude dos compromissos assumidos com o TOSSD e a UNCTAD. Com a maioria das variáveis e dos compromissos estatísticos brasileiros já definidos, também foi possível desenvolver um plano de pesquisa e um plano de coleta de dados distintos para a pesquisa Cobradi 2021. A partir destes planos, criou-se um guia de orientações, um vídeo tutorial para treinamento das instituições, uma planilha automatizada que facilitava a seleção de códigos e categorias, bem como uma estratégia *online*, com a inédita criação de um site web completo para a pesquisa Cobradi, contendo outros recursos e materiais de apoio às instituições participantes.⁵ É importante frisar que todas as bases de dados para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 estão atualmente disponíveis para descarga no site da pesquisa.

Possivelmente, a maior inovação da pesquisa de 2021 foi entender que os dados da CDI prestada pelo Brasil podem ser coletados simultaneamente via *survey* e nas bases federais de referência, como o Siafi e o SCDP. Em outras palavras, a aplicação de uma estratégia de ciência de dados em bases federais e uma pesquisa qualitativa do tipo *survey* são complementares e desejadas. A título de exemplo, a análise estatística dos dados de afastamentos de servidores brasileiros para missões técnicas internacionais no SCDP permitiu uma proposta de padronização do valor da hora técnica para 2021 em R\$ 123,50. A provisão de um valor de referência para as instituições participantes reduziu significativamente o trabalho interno de investigação das missões internacionais, o cálculo das horas estimadas e o cálculo dos valores baseados nos salários dos servidores. Nos anos vindouros, é possível que as planilhas de dados das instituições já lhes sejam enviadas com dados apenas para confirmação e detalhamento, uma vez que parte dos dados da pesquisa Cobradi advém do Siafi e do SCDP.

Igualmente inéditos foram os resultados alcançados já na primeira edição da pesquisa utilizando-se a nova metodologia, reforçando que tanto a inserção internacional quanto a padronização de variáveis e categorias apresentam-se progressivamente como uma decisão consistente por parte do Ipea. Em primeiro lugar, a pesquisa Cobradi 2021 (Schleicher *et al.*, 2022) contou com dados de 75 instituições federais e estaduais, em virtude do melhor mapeamento das instituições federais e

5. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/cobradi>.

estaduais. Em segundo lugar, o ano de 2021 é o maior valor nominal da série histórica da pesquisa, com R\$ 6,63 bilhões gastos em 7.874 iniciativas em seus dados preliminares. Por fim, o ganho mais tangível para o país é a capacidade de desagregação das iniciativas da CDI prestada pelo Brasil a partir de métricas internacionalmente comparáveis, como os ODS, conforme mostrado na tabela 1.

TABELA 1
Estatísticas da CDI brasileira, por ODS (2021)

ODS	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas
1 Erradicação da pobreza	10.316.278,27	7
2 Fome zero	187.454.196,44	41
3 Saúde e bem-estar	356.741.259,36	260
4 Educação de qualidade	374.553.427,17	6.443
5 Igualdade de gênero	301.055,10	4
6 Água potável e saneamento	1.765.710,93	4
7 Energia acessível e limpa	1.759.298,81	5
8 Trabalho decente e crescimento econômico	343.462.483,38	71
9 Indústria, inovação e infraestrutura	3.993.914.260,65	677
10 Redução das desigualdades	106.948.547,43	8
11 Cidades e comunidades sustentáveis	18.426.465,74	15
12 Consumo e produção responsáveis	2.110.486,30	3
13 Ação climática	3.992.766,05	7
14 Vida na água	6.146.117,92	11
15 Vida na terra	9.214.564,92	12
16 Instituições fortes de paz e justiça	264.890.544,87	197
17 Parceria global	951.558.619,62	109
Total	6.633.556.082,94	7.874

Fonte: Schleicher *et al.* (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados da pesquisa Cobradi 2021, o Brasil passa a ser o único país do Sul global com metodologia própria consistente e testada para a medição e a quantificação da CSSD e da CDI prestada. De aprendiz na FT do TOSSD, o Brasil seria convidado regularmente de 2022 em diante para compartilhar a sua *expertise* na área de estatística e de avaliação de impactos e efeitos (Schleicher, Miranda e Franco, 2022). O Brasil também se torna referência para a UNCTAD e os países do Sul global na disseminação da metodologia de quantificação da CSSD, sendo o Ipea o anfitrião do primeiro evento internacional com especialistas em metodologias de quantificação da cooperação Sul-Sul entre os dias 11 e 13 de julho de 2023, em Brasília.⁶

Se o desafio histórico da pesquisa Cobradi era essencialmente metodológico, a aproximação do Brasil das principais metodologias e fóruns estatísticos internacionais desde 2018 mostrou-se acertada para superá-lo. Entretanto, apenas os resultados ao fim do ciclo 2021-2024 permitirão confirmar a

6. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13857-ipea-nacoes-unidas-e-abc-realizam-seminario-sobre-cooperacao-entre-paises-em-desenvolvimento>.

precisão deste diagnóstico. Como conclusão da exposição, apresenta-se uma síntese no quadro 1 a partir da expansão das perguntas orientadoras da pesquisa para cada uma das três fases analisadas.

QUADRO 1
Perguntas orientadoras da pesquisa Cobradi (2010-2024)

Pergunta orientadora	A pergunta está presente na pesquisa?		
	Fase 1 (2010-2018)	Fase 2 (2019-2020)	Fase 3 (2021-2024)
O quanto e como o Brasil participa da CDI?	Sim.	Sim.	Sim.
O quanto e como o Brasil participa no avanço externo dos ODS?	Não.	Parcialmente.	Sim.
Como quantificar a CSSD?	Não.	Não.	Sim.

Elaboração do autor.

REFERÊNCIAS

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Formulação de projetos de cooperação técnica internacional (PCT): manual de orientação**. 2. ed. Brasília: ABC, 2004.

_____. **Manual de gestão da cooperação técnica Sul-Sul**. Brasília: ABC, 2013.

_____. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional, multilateral e bilateral**. 5. ed. Brasília: ABC, 2020.

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 53, n. esp., p. 214-145, 2010.

_____. Uma visão brasileira do panorama estratégico global. **Contexto Internacional** v. 33, n. 2, p. 265-275, jul./dez. 2011.

BAUMANN, Renato; SCHLEICHER, Rafael. International development cooperation: the case of Brazil. **Contemporary World Economy**, v. 1, n. 1, 2023.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, jul./dez. 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dimensionamento de gastos das instituições da administração pública federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018**. Brasília: Ipea, 2020.

_____. **Cooperação internacional em tempos de pandemia: relatório Cobradi 2019-2020**. Brasília: Ipea, 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009**. Brasília: Ipea; ABC, 2010.

_____. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010**. 2. ed. rev. Brasília: Ipea; ABC, 2013.

_____. **Brazilian cooperation for international development: 2011-2013.** Brasília: Ipea; ABC, 2016.

_____. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional:** levantamento 2014-2016. Brasília: Ipea; ABC, 2018.

SCHLEICHER, Rafael T. *et al.* **A cooperação internacional e científica brasileira em foco:** relatório Cobradi 2021. Brasília: Ipea, 2022. (Publicação preliminar).

SCHLEICHER, Rafael T.; BARROS, Paula. Medindo o gasto externo brasileiro para a implementação da Agenda 2030: o novo Cobradi 2021-2024. **Boletim de Economia Política Internacional**, n. 33, p. 139-157, maio/ago. 2022.

SCHLEICHER, Rafael T.; MIRANDA, Marília; FRANCO, Simone. **Avaliação de efeitos da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento do Brasil:** um modelo geral para projetos bilaterais com países africanos de língua portuguesa (Palops). Brasília: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2780).

SCHLEICHER, Rafael T.; PLATIAU, Ana Flávia. What is the relation between Brazilian foreign policy and the implementation of bilateral technical cooperation projects in African Countries? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 60, n. 1, 2017.

_____. The Brazilian international development cooperation: over-representation, ambivalence, decentralization and instrumentalism. **Tempo do Mundo**, n. 31, p. 25-53, abr. 2023.

VAZ, Alcides (Ed.). **Intermediate states, regional leadership and security:** India, Brazil and South Africa. Brasília: UnB, 2006.